

Esforço para cortar gastos continua

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

Até o dia 15 de junho, quando termina o prazo dado pelo presidente José Sarney para uma avaliação do setor público, o governo terá de determinar quais os cortes em seus gastos que poderá adotar para reduzir o déficit previsto para este ano em Cr\$ 84,9 trilhões. Se os cortes de despesas não forem suficientes, será necessária uma elevação de impostos, pois não é possível mais continuar-se financiando o "buraco" das contas governamentais através da venda de títulos públicos no open market ou da emissão de moeda.

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, admitiu, com certa relutância, que a opção para resolver a questão do déficit público poderá ser mesmo o aumento dos impostos, mas deixou claro que sua preferência é uma efetiva redução nos gastos governamentais. Dessa forma, tornou evidentes suas divergências com o ministro do Planejamento, João Sayad, que afirmou, com segurança, que considera inevitável a elevação da carga tributária, na medida em que seria impossível diminuir os gastos em Cr\$ 84,9 trilhões neste ano e encontrar espaço para novos cortes nos próximos anos.

Os dois participaram, ontem, do seminário "Os Caminhos da Retomada", promovido pela revista Exame, ao lado de outros três ministros, e responderam a perguntas feitas por alguns dos mais de mil em-



Francisco Dornelles

presários que assistiram ao debate através de um circuito fechado de televisão. Dornelles e Sayad foram os mais requisitados pelos empresários e procuraram reduzir o impacto de suas discordâncias com a troca de gestos de cortesia.

O cerne dessas divergências é mesmo a discussão sobre o déficit público e a melhor fórmula para reduzi-lo. Dornelles voltou a defender uma política de contenção drástica nos gastos oficiais, lembrando que os prognósticos para os próximos meses não são muito favoráveis. Em julho, por exemplo, informou o ministro ao repórter Sérgio Garschagen, deste jornal, o déficit tende a ser ainda mais pesado com o aumento do funcionalismo e o início da comercialização da safra de café. Nesse contexto, Dornelles condicionou a retomada do crescimento econômico a "ajustes que permitam a pronta remoção dos desequilíbrios internos", como disse em seu depoimento.

Dornelles destacou que a volta do crescimento mais acelerado poderia ser tentada por iniciativa das empresas privadas. "O complexo empresarial brasileiro precisa ser expandido e fortalecido. E chegada a hora de fazer valer o princípio constitucional que limita a intervenção econômica do Estado aos setores básicos ou estratégicos", afirmou.

Já o ministro Sayad destacou, no seu depoimento, as linhas mestras que orientaram a montagem do documento "Diretrizes Econômicas para o PND". Reconheceu como prioritária a necessidade de conter os gastos governamentais num esforço para reduzir ao mínimo o déficit das contas oficiais. Mas comentou que, em sua opinião, não será possível resolver o problema do déficit apenas com medidas de cortes nas despesas públicas. Assim, seria inevitável a elevação dos impostos.

Nesse contexto, Sayad considerou como imprescindível a realização de um esforço para a redução das taxas de juros. Nesse aspecto, tornou-se cristalina a divergência entre os Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Ao ser perguntado se existe intenção governamental de reduzir os juros, Dornelles apresentou como única solução efetiva para essa questão a diminuição do déficit do governo, que tem sido o principal responsável pelo nível das taxas ao pressionar o mercado financeiro com suas maciças vendas de títulos públicos. Já Sayad considerou que existe espaço — e mais: existe necessidade de se adotarem medidas que levem a uma redução dos juros.

Para o ministro do Planejamento, é evidente que não se pode provocar uma drástica queda das taxas, pelos limites impostos, nesta área, não apenas pelo déficit público e pela neces-

sidade de financiamento das contas governamentais mas também pelas relações do País com o mercado internacional, que obrigam o Brasil a manter um patamar mínimo de juros. Além disso, não se poderiam praticar taxas inferiores às mantidas pelo Sistema Financeiro da Habitação. Apesar dessas limitações, Sayad considerou que há espaço para se tentar, com todo o empenho, diminuir o nível dos juros.

O ministro do Planejamento também levantou a urgente necessidade de que sejam dirigidos para a área social maiores volumes de recursos. Nesse

campo, enfatizou que pretende recomendar aos demais setores do governo que dêem preferência, sempre, aos projetos que contribuam para o aumento da oferta de emprego. Quando dois projetos estiverem em estudo, deverá dar-se prioridade àquele que for capaz de gerar maior número de empregos, afirmou. Adicionalmente, lembrou que os investimentos pretendidos pelo governo nas áreas de saneamento básico ajudarão a reduzir o desemprego.

Poucas promessas concretas foram feitas, porém, pelos dois ministros em termos de incentivos à atividade econômica. Dornelles, por exemplo, ao responder a uma questão sobre a perda de competitividade dos produtos brasileiros no exterior em função da valorização do dólar e da redução dos estímulos fiscais e creditícios às exportações, lembrou apenas o que já foi feito nessa área. Ele acredita, de qualquer forma, que a defasagem entre correção cambial e inflação verificada no mês passado e prevista para maio está sendo incentivo para as vendas externas suficiente para contornar os demais problemas.